

Revolução, Liberalismo e Absolutismo, um dos grandes debates narrativos de Júlio Dinis

Carmen Matos Abreu¹

A construção da Liberdade em Portugal, partindo-se da Revolução Liberal iniciada em 1820, sempre foi bastante lembrada ao longo destes 200 anos que em 2020 se celebra, gestos de revivalismo que atravessaram periodologias defensoras de diversos tipos de pensamento, ideologias e expressão, quer de vertente política, social, económica, artística ou outras. Terá, contudo, sido inevitável que, perante novos paradigmas, esta memória coletiva se tenha algo esbatido com o passar do tempo, mas que em 2020 se reacende como tributo histórico a um momento de grande viragem do cânone político-social português. Quando o processo é profundamente entalhado no rumo da nação, tal como a Revolução Liberal que se inscreveu com páginas e páginas nos anais da nossa História e que a cada passo é lembrada como uma importante reviravolta no estar, sentir e viver dos cidadãos portugueses, então esse revivalismo ganha particular força e exuberância numa data celebrativa, dita redonda, ou arredondada, tal como os 200 anos de uma conquista. O processo foi faseado, e reafirmado após vários movimentos

1. Doutora em Literatura Portuguesa pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Investigadora do CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória.

políticos, — vintistas, cartistas, setembristas, guerras civis², revoluções, convenções, entre demais. Estas memórias de ânsia de Liberdade far-nos-ão recuar até 1789, em França, quando para afirmação e estabelecimento dos preceitos políticos reguladores da sociedade se ouviu o indelével grito «liberté, égalité, fraternité», mais recentemente consolidada, normativamente, pela Declaração Universal dos Direitos Humanos. Todas estas investidas estruturaram formas de luta social e política rumo à liberdade do cidadão e da sociedade, coexistentes com outras formas de luta gravadas também em páginas e páginas de um imenso universo de obras literárias.

E neste âmbito trazemos à reflexão o trabalho de um escritor portuense, que conheceu esse conturbado período social em que a Liberdade se procurava impor numa sociedade que carecia de expansão e progresso — Júlio Dinis. Quanto à ideia generalizada, que ainda poderá mesmo ir circulando, de que este intelectual foi um médico e escritor socialmente bem instalado, próximo das esferas materialistas, proveniente de uma família da média alta burguesia, todos estes atributos apontam para que o seu pensamento em nada se pudesse ter compaginado com os imperativos do pensamento liberal, e isto, porquanto, tal exigiria estar-se mais próximo do povo e dos seus problemas. De facto, os textos de Júlio Dinis expõem exatamente o contrário. E sendo que o projeto temático deste Encontro Anual 2020 do CITCEM se oferece como o inequívoco momento para reiterarmos a nossa opinião nesta matéria — já várias vezes afirmada ao longo dos nossos textos acerca do escritor —, reforçaremos a defesa do Liberalismo em Júlio Dinis através de referências distribuídas por três romances, num quadro de limitação imposta pela brevidade deste ensaio, embora, neste âmbito, toda a sua obra pudesse, decididamente, ser chamada à colação.

Antes de avançarmos, talvez seja interessante tecerem-se sucintas observações relativamente ao *status quo* de algumas personagens dinisianas, as quais, por vezes assumindo a condução central na trama, numa observação mais imediata o leitor poderá ser induzido à percepção de que Júlio Dinis tinha, de facto, um especial apreço pelas hostes aristocráticas e burguesas das sociedades narrativamente

2. Em *Uma Família Inglesa* recordam-se alguns destes momentos, por exemplo, quando Manuel Quintino passeia na cidade para refúgio às azáfamas comerciais do quotidiano, deambulando por entre atmosferas que não lhe oferecem as venturas de um passado histórico risonho, antes tropeça, aqui e além, em marcos de turbulências mais ou menos próximas. Observada a paisagem circundante, no vulto sombrio da Serra do Pilar residiam «Os tristes vestígios das guerras civis.» [FI, 258], ainda que Manuel Quintino, como quase todos os portuenses da sua idade, não tivesse passado de «simples espectador das cenas trágicas dessas memoráveis épocas» [FI, 258]. ABREU, 2015: 32.

retratadas. No romance *Uma Família Inglesa*, quem não se recorda do comercial e socialmente bem instalado Mr Whitestone e dos seus filhos Carlos e Jenny? Em *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, como não lembrar o aristocrata D. Luís e seus filhos, o também aristocrata Maurício e o empreendedor Jorge? Nesta mesma orientação de linhagem social, como não recordar Gabriela, a ex-baronesa de Souto-Real, as casas senhoriais quinta dos Canaviais e quinta do Mosteiro, esta que «tinha pertencido em tempos a uma ordem monástica» (MC, 54)³, mas também a socialmente bem instalada Madalena, ou ainda Henrique de Souselas, desta vez no romance *A Morgadinha dos Canaviais*? Só que, numa aproximação mais atenta e penetrada aos textos, rapidamente se conclui que muitas destas personagens elencadas, de hierarquia social sobrelevada, assumem as incorreções das classes vigentes, relevância social que as tramas procuram esbater, contrapondo-lhes as aptidões e a deliberação no investimento privado rumo ao bem-estar, sucesso e progresso social das outras personagens, geralmente do povo, que com elas convivem. E é sobretudo nesta tensão e dimensão que as narrativas constroem múltiplos episódios de disposição liberalista, sempre reveladores das sinuosidades rumo à esforçada conquista. Quando Júlio Dinis escreveu as suas ficções, em meados do século XIX, o Liberalismo impunha já a instauração de uma nova ideologia no país, batalha político-social⁴ na qual os intelectuais tomavam parte, de feição indireta, e nesse sentido Júlio Dinis encenou personagens verdadeiramente guerreiras⁵. E a justificar termos, em *FCM*, uma personagem que fora cunhado de D. Luís, o qual perdeu a vida no campo de batalha pela causa liberal:

Guerreiro tão fogado, como o fora publicista, o pobre rapaz não assistiu porém à vitória da sua causa. Ao raiar da aurora liberal, por que tanto anelava, caiu em uma das últimas e mais disputadas refregas daquela sanguinolenta luta, crivado de balas inimigas, sendo

3. Por conforto de leitura, passarei a referir os trabalhos dinisianos mencionados neste ensaio pelas siglas que lhes correspondem: *FI* (*Uma Família Inglesa*); *FCM* (*Os Fidalgos da Casa Mourisca*); *MC* (*A Morgadinha dos Canaviais*).

4. As lutas liberais tinham posto em confronto as ideologias dos partidários de D. Pedro IV e de D. Miguel. Oferecendo resistência ao regime constitucional, que derrubara em 1823 e em 1828, o Miguelismo tornou-se um fenómeno político «sinónimo de contrarrevolução, antiliberalismo, realismo e legitimismo». LOUSADA, 2020: 510. «Com a vitória dos liberais em 1834 e o exílio de D. Miguel, os contrarrevolucionários e a sua ideologia antiliberal foram perdendo influência.» LOUSADA, 2020: 516.

5. Júlio Dinis soube «desenhar uma galeria de figuras que, se tipificam a região de referência (o Porto, o Minho), são igualmente um bom testemunho das contradições sociais suscitadas pela implementação do regime liberal». CATROGA, 1993: 557.

a sua última voz um grito de entusiasmo pela grande ideia, em cujo martirólogo se ia inscrever o seu nome. (FCM, 9)

Elegemos para este ensaio os três romances já acima referidos porquanto, assim o entendemos, serão aqueles que mais reclamam a disposição de mudança, sendo que em cada texto tal propósito ergue-se segundo orientações narrativas distintas. Todos encimados pelo conceito revolução, e tendo sempre por base a afirmação do Liberalismo rumo ao progresso do país⁶, são três as perspetivações que neles mais se estabelecem: negócio e liberalidade social em *FI*, trabalho de iniciativa privada em *FCM* e metamorfose de ideias e comportamentos em *MC*. Em *Uma Família Inglesa*, a partir do ideário e práticas negociais da personagem britânica Mr Whitestone, aponta-se o liberalismo aplicado aos trâmites das relações comerciais, que finalmente se contamina e impõe nas relações sociais e familiares do clã narrativo. Observado *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, a mudança clama liberdade no quadro das políticas agrárias, nas relações do trabalho, contradizendo os ideais absolutistas e autoritários da família protagonizada por D. Luís, família ainda imbuída em laivos feudalistas, embora em falência absoluta. Passando para *A Morgadinha dos Canaviais*, o enfoque narrativo repete-se mais frequentemente em torno do conceito revolução, exigindo-se profunda mudança de propósitos nos relacionamentos interpessoais, comportamentos e cabal reconhecimento do outro nas suas investidas laborais e intelectuais em declarada luta contra infâmias e entraves políticos, religiosos e interesses diversos.

Quando muitas vontades ainda teimavam em se sentirem garantidas no conforto aristocrático de que se vinham alimentando, a exemplo da personagem D. Luís, o proprietário do solar Negrões de Vilar de Corvos, em *FCM*, os desígnios narrativos contrariaram esta estabilidade, praticamente já inanimada, opondo-lhe as novas teorias e práticas de sucesso economicista de iniciativa individual e privada, tendo por base a força do trabalho assumida por Tomé, ex-empregado da Casa Mourisca, dinâmica que Jorge, filho de D. Luís, apreciava e ambicionava para substituir a passividade e caducidade do rendimento terreal em que a sua família continuava mergulhada. Em debate erguiam-se, claramente, os ideários absolutista e liberal. É consabido que a partir da segunda década do século XIX os

6. Se o século XIX se esforçou pelo avanço e bem-estar social, ainda assim, «Apesar do progresso material e da consolidação sociopolítica do liberalismo, operados durante a vigência da monarquia oitocentista, quando a revolução republicana triunfou em Lisboa, a 5 de outubro de 1910, Portugal era, na sua larga maioria, pobre, rural e analfabeto». SARDICA, 2020: 545.

tempos foram política e socialmente agitados. Considerados os vários reinados que se sucederam, breves e conturbados, a par das «dezenas de governos, repetidas revoluções, golpes de Estado, pronunciamentos militares e golpes palacianos»⁷ e do impacto da «elevação do Brasil a reino associado»⁸ circulava um paroxismo de vontades que agitava fortemente os mais ousados, o qual era ainda responsável pela indignação nos espíritos mais conservadores, tornando-se gerador da metamorfose social a que se ia assistindo, filosoficamente considerada utópica ou poética pelos defensores da ordem até então estabelecida. Contemplando a Herdade do alto da colina, espaço agrícola de sucesso trabalhada por Tomé, Jorge admirou toda a azáfama em torno dos cereais, das eiras, das colheitas, dos carros de milho, das juntas de bois, dos moços da lavoura, empreendedorismo cimentado por «um clamor ao trabalho» (FCM, 21). Surpreendido por Maurício, «em traje rigoroso e competentes petrechos de caça» (FCM, 22), este dirige-se ao irmão nestes termos: «Em flagrante delito de meditação poética, o Sr. Jorge! Bravo! Já não desespero de te ver um dia fazer versos.» (FCM, 22). E o diálogo prolonga-se, e ascende ao rubro, num enervamento de ideias inconciliáveis:

— *Sim, Maurício, triste e prosaica realidade para quem o [o velho solar] olhar de perto. Há nada mais triste do que aqueles campos invadidos pelas urtigas, que nós lá temos, do que aqueles pomares mal tratados, e aqueles celeiros em ruínas? Quererás encontrar poesia na nossa pobreza, Maurício?*

— *Pobreza?!*

— *Pobreza, sim; pois que nome lhe queres dar? Olha, compara o aspecto dessa casa branca de um andar, que aí fica em baixo, com o do nosso paço acastelado, a actividade daqueles homens com a sonolência crónica do nosso capelão; compara ainda, Maurício, compara a desafogada alegria de Tomé com a tristeza sem conforto do nosso pai. (FCM, 25)*

Após breve ponderação e ligeira aquiescência, o jovem aristocrata acrescentou:

— *Pois bem, será como dizes. Creio até que seja a verdade. A riqueza está ali, a pobreza do nosso lado; porém a poesia... oh! Essa deixa-no-la*

7. MESQUITA, 2004: 120.

8. MESQUITA, 2004: 120.

ficar, que bem sabes que não é ela a habitual companheira da opulência. (FCM, 25)

O debate prolonga-se, entre discursos de defesa liberalista e ataque absolutista, até que Jorge acrescenta:

— Da opulência ociosa, egoísta e inútil, decerto que não; mas da opulência activa, benéfica, que semeia, que transmite a vida em volta de si, da opulência que fomenta o trabalho, que cultiva os terrenos maninhos, que fertiliza a terra estéril, que sustenta, que educa e civiliza o povo, oh! dessa é a poesia companheira também. Se o castelo arruinado tem poesia bastante para fazer correr lágrimas de saudade; a granja, activa e próspera, tem-na de sobra para as provocar de entusiasmo e de fé no futuro. (FCM, 25-26)

Na troca de ideias que deu continuidade ao debate entre os dois irmãos, chega-se a tanger, com esperada perplexidade por parte de Maurício, a possível introdução, na sociedade portuguesa, das imposições estabelecidas em Inglaterra pelo povo ao Parlamento britânico através do Chartismo, emanado do *People's Charter*⁹ em meados do século XIX. Mas será de notar que, se na Ilha estavam em causa os direitos de cidadania para os quais se impunha a intervenção política de cada indivíduo, na família do solar de Negrões discutia-se a alteração implicada no abandono dos proventos até então recolhidos pelo sistema aristocrático em direção ao investimento privado, à liberdade na iniciativa do trabalho que até então obedecia a regimes de organização ainda algo feudalista. Em causa estava a liberdade do cidadão rumo ao estabelecimento de uma nova classe social, a classe burguesa que, entretanto, ia já afirmando a sua iniciativa nas áreas agrícola, mercantil e, ainda com ténues passadas, no setor industrial, que se queria mais em substituição do que em complemento do artesanato. Só que a resistência à

9. «Designed to redress the social, political and the economic injustices of the working classes, the People's Charter had six primary goals: annual parliaments; universal suffrage (for men); the abolition of the property qualification for members of the House of Commons; a secret ballot; equal electoral districts; and salaries for Members of Parliament.» FRAWLEY, 2008: 414.

inovação mantinha-se apoiada no bem-estar de um tipo de vida que, sem terem reparado, o passado levava:

Fez-se a paz, e implantou-se no País a árvore da liberdade¹⁰; D. Luís deixou então a vida da corte e veio encerrar no canto da província os seus despeitos, os seus ódios e os seus desalentos. Trouxe consigo um enxame de misantropos, a quem o sol da liberdade igualmente incomodava, e que tinham resolvido pedir à natureza conforto contra os supostos delitos da humanidade.

O solar do fidalgo transformou-se pois em asilo de muitos correligionários, como ele desgostosos e irreconciliáveis com a nova organização social. (FCM, 10)

O progresso impunha-se distribuído pela sociedade em geral, em oposição à referida «opulência ociosa, egoísta e inútil» conforme Jorge caracterizou a sua família, para a qual a terra e o seu cultivo não passavam de inusitada quimera. Maurício não renunciava aos prazeres do seu dia a dia, em total desdém pelo esforço do trabalho que certamente lhe negariam o prazer de caçar e de fruir, sem restrições, de demais deleites mundanos, razões pelas quais objetou a acima citada fala de Jorge, nos seguintes termos:

— Estás enganado, Jorge, o que reina ali em baixo não é a poesia, é... é... é a economia. A poesia não assiste ao edifício que se levanta, mas ao que se arruína; gosta mais dos musgos do que da cal; do lado do passado é que a encontras, melancólica, que é o ar que lhe convém. E ela tem razão; o futuro tem muita vida para precisar do prestígio poético. A poesia dos utilitários! com o que tu me vens! Não sei quem foi que há tempos me disse ter lido uma notícia curiosa a respeito da Inglaterra. Parece que o espírito industrial e económico daquela gente vai por lá destruindo as florestas, as matas, as sebes vivas, o que emudecerá dentro em pouco os coros das aves; os rebanhos, que dantes pastavam pelas campinas verdes, hoje já prosaicamente se vão engordando nos estábulos! Que mais falta? A voz dos camponeses, as cantigas e as músicas rurais hão-de calar-se ao ruído do ranger das máquinas e do silvo do vapor. Admirável! em vez do fumo alvo e ténue das choças ficará o céu coberto de fumo negro e

10. «expressão que o autor utiliza para se referir ao novo círculo político que nasce com a vitória de D. Pedro em 1834». *Vd. ABREU, 2015: 32.*

espesso do carvão de pedra. Que modelo de aldeia o que nos vem da Inglaterra! Na verdade! Que poesia! (FCM, 26)

Júlio Dinis, conhecedor da literatura e cultura inglesas, neste episódio romanesco presentifica, por cotejo, o quadro social português então vigente com as investidas e o dinamismo liberal que ocorria já em Inglaterra, sistema apontado como modelo a adotar ou, no mínimo, a ser objeto de reflexão acerca da sua eficácia. Nesta tensão de diferentes mundivisões, àquele discurso de Maurício, Jorge contesta:

*— No que tu me vens falar! Na Inglaterra agrícola! — acudiu Jorge.
— Mas antes lá é que bem se compreende a poesia da vida rural, que até a nobreza a não despreza. Sempre ouvi dizer que os senhores das terras e os rendeiros fraternizam e auxiliam-se mutuamente, e que os trabalhos do ano sucedem-se entre festas e solenidades populares, lucrando todos, trabalhando todos, e enriquecendo cada vez mais a terra. Deves confessar que há mais poesia nos domínios senhoriais dos lordes de Inglaterra, que dirigem por si mesmos as suas vastas empresas agrícolas, do que nos pardieiros em ruínas dos nossos morgados, em cujas velhas salas dormem os proprietários o sono da ignorância, da inutilidade e da devassidão. (FCM, 26-27)*

Os Fidalgos da Casa Mourisca prolongam-se por diversos episódios romanescos, sempre em tom de desafio aos novos tempos. Lê-se, nas primeiras páginas do romance, que

Ao manifestarem-se em Portugal os primeiros sintomas da profunda revolução, que devia alterar a face social do país, D. Luís mostrou-se logo hostil ao movimento nascente, e abandonando então o seu lugar diplomático, voltou ao reino para representar um papel importante nas cenas políticas dessa época. (FCM, 8).

Embora este herdeiro da nobreza tivesse percebido que de alguma maneira se deveria acantonar para ir assegurando o seu inerte, mas ainda cómodo, lugar que detinha na sociedade, a divisão política estava, porém, estabelecida. Os cidadãos que defendiam a marcha a favor da «causa da ideia nova» (FCM, 9) estavam em clara maioria, e no texto a metamorfose de pensamento não apenas já se declarava entre os dois filhos do aristocrata como também entre famílias,

sabendo-se que «Os parentes da sua esposa abraçaram a causa libera» (*FCM*, 9), e até os criados seriam capazes de «infectar de liberalismo a família inteira» (*FCM*, 16). O romance *Os Fidalgos da Casa Mourisca* assume e demora-se com estratégias em que se exibem, com detalhe, as lutas internas entre famílias e as mais variadas personagens do elenco narrativo, ora a favor, ora contra a «doutrina liberal» (*FCM*, 52), registando, reiteradamente, expressões em torno do ideário liberal. E são múltiplas as expressões e referências: «ideias do liberalismo» (*FCM*, 53); «febre liberal» (*FCM*, 76); «causa liberal» (*FCM*, 12); «causa da idéia nova» (*FCM*, 9); «raiar da aurora liberal» (*FCM*, 9); «crime de pensar livremente» (*FCM*, 9); «gente com liberalismos» (*FCM*, 47); «anda aqui liberalismo» e «anda ali liberalismo» (*FCM*, 56); «depois que os homens do liberalismo tornaram conta deste país, as coisas mudaram» (*FCM*, 51), dentre demais. Esta moldura de contrariedades e perplexidades distende-se, e abalavam-se os «brios de fidalgo criado nos hábitos de grandeza e liberalidade de um solar de província» (203), exclamava-se e repudiava-se «Em que país do mundo se vêem estradas assim arruinadas como as nossas? São os bens que nos trouxeram os homens da Carta!» (*FCM*, 46-47) e vituperava-se contra a «barulhada que estes liberalões fizeram na Sociedade» (*FCM*, 49). Num episódio narrativo em que se expõem momentos de tertúlia entre Gabriela e o tio D. Luís, para distração do espírito, tendo sido mencionado o nome de Almeida Garrett, um dos ignorantes e «pechosos aristocratas» (*FCM*, 212), que tomava parte na mesma, aludiu que tinha conhecido «um desse nome, que era secretário ou coisa assim do Duque de Palmela naqueles bons governos do Porto de 1834, isso era um liberalengo dos quatro costados» (*FCM*, 212), aclarando o narrador que «Na linguagem pitoresca deste sujeito, a palavra liberalengo era a mais eloquente expressão com que S. Ex.^a conseguia traduzir todo o desprezo que lhe mereciam as ideias e os homens de 1820 e 1832» (*FCM*, 212).

Poder-se-á considerar, no momento da celebração do Bicentenário do Liberalismo em Portugal, que *FCM* é um romance histórico-político em prol do regime liberal. No momento em que Júlio Dinis o escreveu o enredo trouxe ao debate um passado que lhe era recente, cuja centralidade temática, para além de outros desígnios que enformam a teia romanescas, se afirma sobretudo no direito à liberdade do trabalho, irradiando-se, a partir daí, para demais direitos do homem enquanto indivíduo e cidadão. Abordam-se os problemas da emigração, os «dos episódios do cerco do Porto, da fome, da peste e da guerra» (*FCM*, 12), os da criadagem já reunida «em congresso» (*FCM*, 78), recorda-se o imperador — «oh!

aquilo é que era um homem!... foi então que ele fez aquela fala que lá está toda na memória do Mindelo, que foi onde nós desembarcámos, no dia 8 de Julho de 1832, ali pela tardinha» (FCM, 78) —, aludindo-se ainda à «proclamação de D. Pedro» (FCM, 78). Nos vários diálogos ao longo do enredo, à exceção de Jorge, todos os habitantes da Casa Mourisca se irritam, muito em particular o padre Januário que nela reside, facilmente se insurgindo e impondo que não lhe cantem «Ladainhas a S. Trabalho» (FCM, 76). Ainda assim, o discurso narrativo deixa perceber algum cuidado no reconhecimento, em público ou em família, das opções políticas individuais. Tal cuidado denota-se quando, por exemplo, no diálogo entre Jorge e a prima Gabriela, que de pronto se assume liberalista, à questão que esta lhe dirige «tu és absolutista também?» (FCM, 177), Jorge responde-lhe «eu quase não tenho ideias fixas em política» (FCM, 177), criando-se espaço para o direito ao sigilo, para a liberdade de não se ser invadido pela intromissão alheia. Mas Júlio Dinis aponta ainda outra questão, que se vai enredando em várias estratégias — a da política por conveniência. Leia-se, sumariamente, como responde a lisboeta Gabriela ao primo Jorge:

eu sou, sem dúvida alguma, liberal; porque enfim debes concordar que para se ficar toda a vida a ser absolutista é preciso viver, assim como teu pai, em uma aldeia como esta e com um padre procurador a dizer-nos há vinte anos a mesma coisa; porém, como meu pai foi militar no exército realista, não tenho remédio senão obrigar a guardar certas conveniências ao meu liberalismo. (FCM, 177)

Finalmente, gostaríamos de sublinhar que, em nossa opinião, o fundamento temático axial do romance FCM se poderá epitomar na frase seguinte, proferida por Jorge em resposta a frei Januário, até então o gestor económico da arruinada Casa Mourisca:

— Quero que se trabalhe para remediá-lo; que se façam sacrifícios úteis, que deixemos a louca vergonha e o orgulho enfatuado que nos faz viver hoje ainda uma vida que não é destes tempos. Desenganemo-nos; a época não é de privilégios nem de isenções nobiliárias, é de trabalho e de actividade. Plebeu é hoje só o ocioso, nobre é todo o que se torna útil pelo trabalho honrado. (FCM, 53)

«Na realidade, com o alvor do Liberalismo, os problemas, as ambições, a vida quotidiana dos burgueses mereceram a atenção de diversos literatos»¹¹, afirmação que também o romance de Júlio Dinis *Uma Família Inglesa* justifica. Nesta obra, e a partir da firma Whitestone & C.^a, o fervor comercial da cidade do Porto¹² está espelhado nos trâmites dos vários episódios romanescos condicentes com a organização social da burguesia emergente¹³. Na então designada rua dos Ingleses, «principal centro de transacções do alto comércio portuense» (*FI*, 6), a presença diária de Mr Richard Whitestone era festejada com «benevolentes sorrisos, rasgadas e pressurosas reverências, frases de insinuantes amabilidades e afectuosos *shake-hands*» (*FI*, 6), manifestações de admiração e estima justificadas pelo «prestígio dos avultados capitais e da social liberalidade do comerciante britânico» (*FI*, 6). A par da intriga amorosa tecida em *Uma Família Inglesa*, de reconhecida raiz romântica, interessar-nos-á destacar as tramitações de estrutura comercial agilizadas pela experiência de um negociante inglês, exemplo de sucesso pelo livre investimento económico que aplica nas suas atividades. A família narrativa deste negociante promove e representa a afirmação de uma nova classe social, a burguesa, cujas liberdades, até então, não eram reconhecidas aos cidadãos. Esse «caráter marcadamente pessoal da maioria das empresas comerciais, muito dependentes da liderança do seu proprietário»¹⁴ é ilustrado em *FI* por Mr Whitestone, sendo que esta personagem nas próprias enunciações em língua portuguesa, que ele mal dominava, segundo a opinião do narrador até aí se revelava merecedor do «crédito liberal de um verdadeiro cidadão de Londres» (*FI*, 12).

Numa atmosfera narrativa de configuração liberal, em todo o texto dinisiano se elenca uma fiada de prolongamentos que ilustram claramente a ascensão da burguesia. De notar ainda que nos romances desta época intensificam-se

11. CRUZ, 2012: 13.

12. E apesar do crescimento da cidade nortenha, no pensamento dinisiano paira o estatuto valorativo marcado por um momento político, evidência que ganha nitidez quando se refere à cidade «cujo principal título de glória é o ter, em épocas em que a nobreza era tudo, previsto que podia e devia prescindir dela, para se engrandecer» [*FI*, 140]. Perante este raciocínio marcadamente liberal, ergue-se rápido o universo da luta que os habitantes da cidade do Porto tiveram de travar contra o poder instalado. Só que na grandiosidade dessa glória, nem tudo tinham sido rosas, e muitas famílias teriam ficado bem escoriadas pelos seus espinhos. Essas marcas devastadoras estão nos textos dinisianos, subtis e sofridas [*FI*, 140].

13. «Portugal iniciou em 1851 um ciclo de estabilidade que permitirá o desenvolvimento económico do País e a realização das condições essenciais de afirmação da burguesia.» CRUZ, 2012: 13.

14. CRUZ, 2012: 191.

«as referências aos bailes, passeios, óperas, representações teatrais, etc., sendo sublinhada, não raro, a confusão de gentes, presentes em todas estas mundanidades»¹⁵, ou seja, um sem fim de prazeres da chamada «sociedade elegante»¹⁶, todos eles amplamente referenciados em *Fl*. Paradoxalmente, as personagens cruzam-se com «uma porção da sociedade, que pretensiosamente se decora com o título de elegante e para pertencer à qual é difícil fazer resenha dos requisitos necessários; pois que nem a própria elegância — na verdadeira acepção do termo — é dote genérico dos seus membros» (*Fl*, 29). Aclarando-se esta afirmação, o texto assume, por comparação, que a elegância é afinal atribuída à sociedade inglesa, da qual a personagem Jenny é uma das representantes — «A estatura esbelta da jovem inglesa, o andar, sem os requebros *languidos das nossas elegantes*» (*Fl*, 16). E quanto à acima mencionada «confusão de gentes», tal amálgama está bem patente «Na Águia de Ouro», capítulo III, no ajuntamento social em que a «vozaria é atordoadora [e a] confusão pode dar uma ideia de Babel» (*Fl*, 27): nela tomam parte «o oficial do Exército», «o jovem padre», «o colegial», «o velho», «o capitalista», «o escritor», «o analfabeto», «o jornalista», heterogeneidade de frequentadores daquele espaço reunida para mais um jantar carnavalesco, dentre demais bailes de máscaras onde as conversas entrelaçam «boatos», «política», «literatura», «aventuras de amor», «modas de casacos», «teatro lírico», «filosofia alemã», «paráfrase de algum texto bíblico» e as mais variadas citações de poesia e frases soltas da literatura nacional e estrangeira. Nesta diversidade de pessoas e tópicos onde se misturam e convivem cultura e educação ao abrigo dos mais variados interesses da intelectualidade e da vida quotidiana, também Carlos, o filho de Mr Whitestone, toma parte no jantar carnavalesco. Esta personagem, cujo caráter, de «dupla nacionalidade», é notado por ser «corajoso até á imprudência, liberal até à prodigalidade, sincero até à rudeza desatenciosa» (*Fl* 18), integra-se naquele grupo de convivas num ambiente já sem restrições ou constrangimentos de estratos sociais, em espontânea abertura discursiva que o liberalismo, social e político, a título individual ou coletivo ia já permitindo.

Fernando Catroga escreve que os romances de Júlio Dinis têm um grande valor sociológico, pois são «um bom testemunho das contradições sociais suscitadas pela implantação do regime liberal»¹⁷, lendo-se ainda, no mesmo

15. CRUZ, 2012: 13-14.

16. CRUZ, 2012: 14.

17. CATROGA, 1993: 557.

contexto, que Magalhães Godinho considera que «são obras que revelam bem “os padrões ideais da incipiente burguesia liberal, que buscava o apoio do povo para se encontrar a si mesma”»¹⁸. Calculamos que tenha sido isto mesmo que se tenha percebido da breve sucinta abordagem que até agora elaboramos a partir de *FCM* e *FI*, mas o mesmo se irá verificar em *MC*, cujo ativismo eletivo através de algumas personagens define e sublinha o propósito de liberdade individual. Neste romance salienta-se, logo à partida, a grande transformação psicológica operada na personagem Henrique de Souselas. Cidadão de Lisboa que, por conselho clínico se refugia no norte do país para se encontrar consigo e com a natureza, o seu quotidiano até então regulava-se pela inatividade, pela ausência de trabalho, proporcionando-lhe um esvaziamento que se refletia no tédio que o aprisionava e que não sabia justificar — «levantando-se por avançada manhã, frequentando o teatro, o Grémio, as câmaras, parolando no Chiado ou no Rossio, e indo alguns dias do ano a Sintra, ou qualquer praia de banhos, desfadarse da monotonia da capital» (*MC*, 7). A alteração psicológica e sociológica operada nesta personagem, que ocupa a atenção de múltiplas estratégias da trama, nela assumirá a metonímia de outras grandes metamorfoses de libertação, de organização individual ou coletiva, apontando para novos ideais e consequentes comportamentos. Revolução e liberdade são, basicamente, as palavras de ordem deste romance. Precisamente neste âmbito, e chamado ao debate o conselheiro Manuel Bernardo Mesquita, homem das «fileiras do partido mais liberal» e pai da morgadinha Madalena, segundo o narrador logo se fica a conhecer que:

*No princípio da sua carreira parlamentar, cedendo ao impulso do entusiasmo juvenil, o conselheiro desenrolara desassombadamente a bandeira do partido progressista e pronunciara os mais absolutos artigos daquele credo político; liberdade era então o seu mote favorito; a liberdade do comércio, do ensino, da imprensa e dos cultos; as reformas consequentes nos códigos, a desamortização e desvinculação da propriedade, tudo advogara com entusiasmo, no tempo em que estas palavras soavam ainda como heresias aos ouvidos habituados à letra de outro catecismo. (*MC*, 180)*

Mas outras liberdades e exigência de respeito pelos direitos do homem são também vincadamente tratadas neste romance. Ainda na esfera das profissões,

18. CATROGA, 1993: 558.

neste texto dinisiano recebe também atenção o papel do mestre-escola, Bento Petrunhas, e em particular o do professor primário, Augusto, sobre quem o narrador derrama algumas palavras de lamento:

o humilde professor, e por o mesmo preço que o jornalista, que não vão mais longe com ele as liberalidades dos nossos governos, venceu as maiores cruzeiras do magistério; mas não verá também o resultado das suas fadigas [...] pobres diabos, que, por noventa mil-réis anuais, se deixaram ligar à atafona do ensino primário da aldeia; porém devem ser, além das misérias de tão mesquinha sorte, causas de grandes torturas morais para alguma alma de instintos e aspirações mais elevadas, que o destino amarrasse, como por escárnio, a este poste de expiação. (MC, 119-120)

Para além da reiterada, e almejada, «revolução completa nas camadas políticas do país» (MC, 193), indica-se ainda a falta de justiça na recompensa salarial do professor primário, bem como os ultrajes que lhe foram ardid e injustamente dirigidos, constituindo motes de reflexão e agilização de «revolução moral» noutras personagens (MC, 380). Entretanto, outra mudança que se impunha, no sentido da justiça social, seria a da opinião pública:

Não se explicam bem estas versatilidades da opinião pública. Uma medida que hoje ateaia uma revolução, amanhã executa-se no meio do indiferentismo geral, e sem apostolado prévio, sem providências repressivas, nem castigos. (MC, 480)

Seria então necessário que a revolução acolhida pela opinião pública recaísse sobre si mesma, num exercício de ponderação indispensável ao aperfeiçoamento e rigor da análise acerca dos comportamentos humanos, possibilitando-se, por este duplo processo, a conjugação de dois projetos de libertação e mudança social — a da opinião e a da regulação de opinião.

Conforme se terá minimamente observado, nestas brevíssimas páginas demos destaque ao romance *FCM*, e apenas pela simples razão de considerarmos que é o texto dinisiano que mais explora a causa Liberal. Cremos, contudo, ter demonstrado que dos outros dois romances também emerge esse novo paradigma social que se foi operando ao longo de Oitocentos no nosso país. As consciências também despertavam através de uma literatura na qual, frequentemente, o

leitor era convidado a tomar parte na ação narrativa, responsabilizando-o e impulsionando-o a gerar um sentimento coletivo que abraçasse e interagisse no novo cenário. Dever-se-á não perder de vista que Júlio Dinis foi médico, e a sua formação académica, positivista, seria naturalmente adepto do desenvolvimento sociológico advindo do Iluminismo, pensamento que afinal se reconhece patente em toda a sua escrita ficcional. Mas esta tendência generalizada dos intelectuais desta periodologia encontra-se em estudos críticos, podendo-se referir, a título ilustrativo, o capítulo *A propagação do positivismo em Portugal* da obra *História do Pensamento Filosófico Português*, no qual se lê:

*O progresso humano era então considerado um lado indesmentível, graças ao crescente desenvolvimento das ciências positivas, que respondia às mais elevadas aspirações da humanidade e visava um desígnio eminentemente social. No ambiente de crise em que mergulhou o século XIX, várias teorias tinham vindo a propor uma reorganização social, e o positivismo não foge ao desafio, mostrando reunir as condições para realizar os grandes ideais que a Revolução Francesa havia deixado ainda por cumprir*¹⁹.

Júlio Dinis procurou registar a sociedade do seu tempo, sociedade agitada, de consistência variável, fragilizada, pelo que se exigia renovação e equidade nos direitos do cidadão, perpassando o trabalho, a estrutura económica, as relações sociais, o pensamento, a liberdade de ação no respeito pelo outro e pela sociedade. São romances que, enfim, assumem as proporções clássicas, em que os capítulos finais resolvem as problemáticas, seguidos de epílogos regulados por atos de retidão e justiça, deixando embora sem resposta imensas interrogações nas entrelinhas. Não se assistindo ao castigo dos perversores, antes os reintegrando após serem confrontados com modelos de autenticidade, «Liberdade é uma das palavras-chave que motiva a estrutura destas estratégias narrativas»²⁰, num esforço holístico em que todas as classes sociais comungam de uma sociedade aberta, produtiva, liberal. Em Júlio Dinis, Revolução, Liberalismo e Absolutismo define-se nos atos da política, da ética e das mentalidades.

19. LUZ, 2004: 240.

20. ABREU, 2015: 468.

Bibliografia

- ABREU, Carmen Matos (2015). *Júlio Dinis: o romance português de raiz inglesa*. Salvador da Bahia: EDUFBA.
- CATROGA, Fernando (1993). *Romantismo, Literatura e história*. In TORGAL, Luís Filipe Reis; ROQUE, João Lourenço, coord. *O Liberalismo*. Lisboa: Editorial Estampa, pp. 545-562. Vol. 5. de *História de Portugal*. Dir. José Mattoso.
- CRUZ, Maria Antonieta (2012). *Olhares sobre o Portugal do Século XIX*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- DINIS, Júlio (1992a [1868]). *Uma Família Inglesa*. Lisboa: Círculo de Leitores. (Obras Completas de Júlio Dinis; 2).
- DINIS, Júlio (1992b [1868]). *A Morgadinha dos Canaviais*. Lisboa: Círculo de Leitores. (Obras Completas de Júlio Dinis; 3).
- DINIS, Júlio (1992c [1872]). *Os Fidalgos da Casa Mourisca*. Lisboa: Círculo de Leitores. (Obras Completas de Júlio Dinis; 5).
- FRAWLEY, Maria (2008). *The Victorian Age, 1832-1901: historical overview*. In POPLAWSKI, Paul, ed. *English Literature in Context*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 364-469.
- LOUSADA, Maria Alexandre (2020). *D. Miguel e o miguelismo*. In FIOLEHAIS, Carlos; FRANCO, José Eduardo; PAIVA, José Pedro, dir. *História Global de Portugal*. Lisboa: Temas e Debates, pp. 511-517.
- LUZ, José Luís Brandão da (2004). *A propagação do positivismo em Portugal*. In CALAFATE, Pedro, dir. *História do Pensamento Filosófico Português*. Lisboa: Editorial Caminho, vol. IV, tomo 1, pp. 239-261. Vol IV: *O século XIX*.
- MESQUITA, António Pedro (2004). *Os Liberalimos*. In CALAFATE, Pedro, dir. *História do Pensamento Filosófico Português*. Lisboa: Editorial Caminho, vol. IV, tomo 2: *O século XIX*, pp. 119-254.
- SARDICA, José Manuel (2020). 1910 — *Revolução Republicana*. In FIOLEHAIS, Carlos; FRANCO, José Eduardo; PAIVA, José Pedro, dir. *História Global de Portugal*. Lisboa: Temas e Debates, pp. 545-551.